DECRETO Nº 1534/24, DE 10 DE MAIO DE 2024.

“SUSPENDE PRAZOS EM DECORRÊNCIA DOS EVENTOS CLIMÁTICOS DE CHUVAS INTENSAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

JORGE LADIR STEFFLER, Prefeito Municipal de Nova Candelária, Estado do Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER que:

Considerando as chuvas intensas que estão afetando o Estado do Rio Grande do Sul desde 24 de abril de 2024;

Considerando o Decreto Estadual nº 57.600, de 2024, que reiterou estado de calamidade pública no território do Estado do Rio Grande do Sul, e decretos posteriores;

Considerando a Portaria da União nº 1.377, de 2024, e Portaria nº 1.379, de 2024, que reconheceu sumariamente o estado de calamidade pública;

Considerando o Ato Conjunto nº 03/2024, da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul e Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, que determinou suspensão dos prazos e expediente presencial dos serviços judiciais do Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Sul, em razão da inundação e interdição dos prédios e desligamento do *data center* responsável pelo sistema informatizado do Tribunal de Justiça;

Considerando o desligamento, pela PROCERGS – Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação do Estado do Rio Grande do Sul, do seu sistema de processamento de dados, responsável pelo processamento de dados e sites do Governo Estadual e serviços, inclusive da Polícia Civil do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando as disposições legais da Lei Federal nº 14.133, de 2021 e do Decreto Municipal nº 1511/24, que regulamentam as Licitações e Contratos;

Considerando a impossibilidade de obtenções de certidões de regularidade fiscal junto ao Estado do Rio Grande do Sul e diversos Municípios gaúchos, bem como Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul;

Considerando a necessidade da manutenção e continuidade dos serviços públicos no Município de Nova Candelária.

DECRETA

Art. 1º As pessoas jurídicas ou físicas que desejarem participar de processo de licitação, em qualquer modalidade, realizados pelo Município de Nova Candelária, poderão apresentar, provisoriamente, declaração assinada por responsável legal, da impossibilidade do acesso às certidões negativas que dependem dos sistemas estaduais e municipais do Estado do Rio Grande do Sul e Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, conforme modelo constante no Anexo I do presente Decreto.

§ 1º A declaração será apresentada no mesmo prazo estabelecido pelo Edital para apresentação das negativas.

§ 2º Juntamente com a declaração, deverá ser apresentado comprovante de que não obteve êxito na emissão de certidões junto aos sites oficiais.

§ 3º Serão aceitos como comprovantes para fins do § 2º:

a) extratos ou capturas de tela do momento em que se obteve a negativa da emissão da certidão no site oficial, com data posterior à publicação do Edital; e/ou

b) extratos ou capturas de tela que demonstrem a inatividade ou indisponibilidade do site oficial onde seria emitida a certidão, com data posterior à publicação do Edital.

Art. 2º As determinações do presente Decreto aplicam-se aos procedimentos licitatórios publicados antes e depois da edição do presente Decreto, perdurando enquanto persistir o Estado de Calamidade do Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. Cessada a impossibilidade, a licitante deverá apresentar todas as certidões substituídas provisoriamente pelas declarações, em até 05 (cinco) dias após o reestabelecimento dos sistemas.

Art. 3º O descumprimento de quaisquer exigências e/ou prazos estabelecidos no presente Decreto resultará em imediata inabilitação/desclassificação do participante ou encerramento do contrato por força do art. 137, I e VIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem direito a indenização e poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos ao erário público, além das demais sanções previstas no Edital e/ou contrato.

Art. 4º O presente Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA CANDELÁRIA, 10 DE MAIO DE 2024.

Jorge Ladir Steffler
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se

Elenir Stadler
Sec. de Adm., Planej. e Finanças

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE IMPOSSIBILIDADE DE EMITIR CERTIDÕES

A empresa _____ inscrita no CNPJ nº _____ por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____ portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA para os devidos fins que, devido aos problemas nos sistemas próprios está impossibilitada de conseguir a emissão da(s) seguinte(s) certidão(ões):

() Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Estadual do Rio Grande do Sul.

() Certidão Negativa de Falências e Concordatas.

() Certidão Negativa de Débitos junto à Fazenda Municipal de _____ – RS.

Declaro ainda, que, cessada a impossibilidade, a licitante deverá apresentar todas as certidões substituídas provisoriamente pelas Declarações, em até 05 (cinco) dias após o reestabelecimento dos sistemas, sob pena de imediata inabilitação/desclassificação do participante ou encerramento do contrato por força do art. 137, I e VIII da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem direito a indenização e poderá ser responsabilizada por eventuais prejuízos ao erário público, além das demais sanções previstas no Edital e/ou contrato.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

_____/__, ____ de _____ de _____.

Assinatura do dirigente da empresa